



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

**PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARFOR –
PEDAGOGIA-UNB**

Diana Souza Lima

Brasília – DF

2016

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Diana Souza Lima

**PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARFOR –
PEDAGOGIA-UNB**

Trabalho de conclusão de curso apresentada à comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito final para a obtenção do título em Pedagogia – licenciatura plena.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

Brasília – DF

2016

L732 Lima, Diana Souza.

Plano Nacional de Formação de Professores PARFOR: Pedagogia, UnB /
Diana Souza Lima – Brasília, DF, 2016.

64 p.: il.

Orientação: Profa. Dra. Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

Monografia (graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de
Educação, 2016

1. Política Pública - Educação. 2. Professores - Formação. I. Lima, Diana
Souza. II. Silva, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. III. Título.

CDU 37



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

FOLHA DE APROVAÇÃO

**PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARFOR –
PEDAGOGIA-UNB**

COMISSÃO EXAMINADORA

Trabalho de conclusão de curso aprovada como requisito final para obtenção do título de Pedagoga – licenciatura plena, Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Professora Doutora Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva – Orientadora
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Professora Doutora Shirleide Pereira da Silva Cruz
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Professora Mestre - Doutoranda Deise Rocha –
Doutoranda Universidade Federal de Pelotas

Brasília-DF, junho de 2016.

Ao meu Deus, que até aqui me ajudou e me sustentou. Que me deu a oportunidade de fazer esse curso.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu Deus, ao meu amado Salvador, por ter me levado a fazer esse curso, pela oportunidade e poder fazer um curso tão nobre e de grande relevância para a sociedade.

Aos meus pais, que sempre se esforçaram para me ajudar, mesmo não tendo completado seus estudos, me educaram e me passaram valores.

Aos meus avós, em especial a minha vó Otília, que um dia disse que eu me tornaria professor, e hoje o sou, mas isso é só o começo, pois ela disse que vou ser professora doutora. Aos meus tios (as), Elza, Marlete e Antônio, que muitas vezes me ajudaram e sempre me apoiaram e me deram forças para estar aqui hoje com essa vitória. Aos meus primos Lucas Simioni, a Milena e ao Eduardo.

A todos os professores que tive durante toda a minha formação na Educação Básica, e que contribuíram para que eu chegasse até aqui e que fazem parte de minha história e formação. Aos meus irmãos e amigos em Cristo da Igreja Cristã Maranata, que sempre me ajudaram com suas orações em favos da minha vida, para que eu conseguisse vencer e concluir a graduação.

Aos professores que tive em minha graduação, à Professora Maria Clarisse que me deu a oportunidade de fazer o Programa de Iniciação Científica (PROIC), e pelo carinho e amizade, por sempre me incentivar a prosseguir nos estudos.

Quero em especial agradecer a minha orientadora da monografia, a minha Professora Kátia Curado, que em tudo me ajudou, que é um orgulho para mim, ter ela como minha orientadora, ela é um exemplo de Profissional da Educação. Quero agradecer pelo carinho, paciência, pelo voto de confiança que me deu para fazer essa monografia, por me dar mais uma chance. Por ter sido minha Professora. Quero agradecer por ela ser especial para mim, pois através dela que decidi fazer o tema desta pesquisa e amar e ter orgulho da profissão docente.

Também quero agradece a querida Professora Shirleide que também contribuiu e muito para que eu chegasse até aqui.

Agradeço as professoras que participaram da minha banca na monografia, a querida Deise que é um exemplo de estudante e uma guerreira e a Fernanda que se dispôs em me ajudar no que precisasse.

Ao professor Cleiton que contribuiu com essa pesquisa, e aos alunos do PARFOR/Pedagogia.

Aos meus amigos e colegas da graduação aqui na UnB, a Vanessa, ao Guilherme Leão, Gabriela, Kíssila, a Poliana Araújo, a Janaina, a Naira, a Ana Rosário e aos demais colegas.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Atuação de Pedagogos/Professores (GEPFAPe), a todos os integrantes desse grupo maravilhoso.

Aos meus colegas e amigos que tive na UFG, a Rosa, a Paula, Laisse, a Professora Keila Matilda.

Enfim, a todos que de certa forma contribuíram para que eu chegasse até aqui, que contribuíram para a minha formação.

*Como é feliz o homem que acha a sabedoria, o
homem que obtém entendimento.*

Provérbios 3:13

RESUMO

O presente trabalho tem por tema “Plano Nacional de Formação de Professores- PARFOR- Pedagogia- UnB”, e o tem por objetivo de analisar as visões e percepções sobre o PARFOR na formação dos estudantes participantes do Programa no curso de pedagogia – UnB. A metodologia utilizada no tema é de abordagem qualitativa por melhor contemplar o objetivo desse trabalho. O levantamento, construção e análise das informações foram realizados a partir de entrevistas semiestruturadas, observação, questionário e análise documental. Os participantes da pesquisa foram os professores alunos do PARFOR. Diante da pesquisa realizada, foi possível evidenciar um cenário que permite uma aproximação à questão da necessidade de uma política efetiva de formação inicial e continuada e recrutamento de professores de educação básica.

Palavras-chaves: Política Pública-Educação; Professores-Formação.

ABSTRACT

This work has the theme "National Plan for teacher-training PARFOR- Pedagogy UNB", and to analyze the contributions of PARFOR training and pedagogical practice of students participating in the Program in the course of pedagogy - UNB. The methodology used in theme is qualitative approach better contemplate the objective of this work. The survey, construction and analysis of the information was made from semi-structured interviews, observation, questionnaire and document analysis. The researchers search were students teachers of PARFOR. Given the survey, it was possible to show a scenario that allows an approach to the question of the need for an effective policy for initial and continuing education and basic education teacher recruitment.

Keywords: Public policy-Education; Teacher-Training.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- PERFIL DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NA REDE DE SEEDF ...	42
QUADRO 2 - PERFIL DOS 28.244 PROFESSORES REGENTES DA SEDF EM 2011	42
QUADRO 3- TEMPO DE SERVIÇO DOS CURSISTAS	43
QUADRO 4- NÚMERO DE PROFESSORES COM ESPECIALIZAÇÃO NA SEDF	43
QUADRO 5- TEMPO DE SERVIÇO PROFESSORES CLASSE B	44
QUADRO 6- IDADE PROFESSORES CLASSE B.....	44
QUADRO 7- TEMPO DE SERVIÇO PROFESSORES CLASSE C	45
QUADRO 8- DEMANDA POR CURSO/ PARFOR	45
QUADRO 9 – QUAIS AS CONTRIBUIÇÕES DO PARFOR PARA SUA PRÁTICA DOCENTE EM SALA DE AULA.....	52
QUADRO 10 – QUAIS SUAS ASPIRAÇÕES PROFISSIONAIS.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ALUNOS CURSANDO EM 2014	36
GRÁFICO 2- IDADE.....	49
GRÁFICO 3 - SEXO.....	50
GRÁFICO 4 - O QUE OS MOTIVOU A FAZER O PARFOR?	51
GRÁFICO 5 - PRETENDE CONTINUAR EM SALA DE AULA	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNTE- Confederação Nacional pelos Trabalhadores em Educação

DF- Distrito Federal

EJA- Educação de Jovens e Adultos

FE- Faculdade de Educação

GEPPe - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Atuação de Pedagogos/Professores

GO – Goiás

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IFB- Instituto Federal de Brasília

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

PARFOR- Plano Nacional de Formação de Professores

PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação

PE- Plano Estratégico

PIBID - Programa de Iniciação à Docência.

PROIC - Programa de Iniciação Científica

SEDF- Secretaria de Educação do Distrito Federal

UAB- Universidade Aberta do Brasil

UFG- Universidade Federal de Goiás

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

PARTE I - MEMORIAL	15
PARTE II - INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 - O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS	23
1.1 O REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADO	26
CAPÍTULO 2 – O PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR.....	29
2.1 O PARFOR COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	29
2.2 AS NOVAS ATRIBUIÇÕES DA CAPES NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O MAGISTÉRIO	30
2.3 A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES / DECRETO N° 6.755 DE 2009 ..	30
2.4 OS FÓRUNS.....	32
2.5 A CAPES.....	33
2.6 DADOS DO PROGRAMA GERAL.....	35
CAPÍTULO 3 - O PARFOR NO DISTRITO FEDERAL: O CURSO DE PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.....	38
3.1 SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNB.....	40
3.2 UMA AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA DO CURSO DE PEDAGOGIA: A VISÃO DO COORDENADOR DE PEDAGOGIA	46
3.3 O CURSO DE PEDAGOGIA NA VISÃO DOS CURSISTAS	47
3.4 ANÁLISE DE DADOS QUESTIONÁRIO CURSISTAS.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
PARTE III - PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	56
REFERÊNCIAS	57

PARTE I - MEMORIAL

Em 1985 na cidade de Montalvânia no Norte de Minas Gerais nasce a filha de Oriovaldo Alves de Lima e Neuraci de Souza Lima. Montalvânia é uma cidade simples, com baixo índice de desenvolvimento, que varia entre zero e um. Filha de uma humilde dona de casa e de um marceneiro talentoso, nenhum dos dois conseguiram concluir os estudos, minha mãe estudou até a 2ª série do Ensino Fundamental e meu pai estudou até a 8ª série do Ensino Fundamental. Apesar deles terem poucas condições financeiras, sempre me estimulou a estudar, dando prioridade aos meus estudos, eles tinham essa preocupação pelo fato deles não terem a oportunidade de estudar, aliás de concluir os seus estudos. Meus pais por serem de origem simples, começaram a trabalhar ainda muito cedo, eram crianças, para poderem ajudar na renda familiar. Minha mãe começou a trabalhar na roça em plantação de arroz, milho, feijão e algodão. Meu pai trabalhava na marcenaria do meu avô.

Segundo meus pais, naquela época os estudos não eram obrigatórios, e os pais não entendiam a importância deste para suas vidas. Achavam que era necessário somente ter um ofício para trabalhar, e que era suficiente para sustentar a família. A família de meu pai sempre teve condições financeiras melhores que a da família de minha mãe, inclusive com o tempo conseguiram concluir o Ensino Médio. Naquela época somente poucas pessoas conseguiam concluir os estudos (Educação Básica).

Nasci em Minas Gerais, mas em 1986, quando completei oito meses de idade meus pais se mudaram para o Distrito Federal, e veio a morar na região administrativa de Brazlândia, eles mudaram porque estavam à procura de melhores condições de vida e achavam que em na capital federal poderia ser a oportunidade. Nesse período Brasília tinha muitas oportunidades de emprego e meu pai tinha conseguido emprego em uma empresa chamada Encol, uma das maiores construtoras brasileira atuante no setor da construção civil. Meu pai trabalhou nessa empresa por muitos anos, até a empresa entrar em falência na década de 90.

Quando completei cinco anos de idade meus pais se separaram, como resultado dessa separação, minha mãe levou eu e meu irmão Wanderson de 4 anos, para Minas Gerais para morar com minha vó. Foi ali em Montalvânia que iniciei minha vida escolar, fiquei lá dois anos dois anos. No primeiro ano ia todos os dias com meus avós para a roça, pois ainda eu não estava em idade escolar. Na roça também trabalhava, na verdade ajudava, não era obrigada a fazer nada, mas gostava de ajudar na plantação, lembro que meu vó me ensinando

a abrir as covas com a matraca para jogar as sementes na terra, depois que eu abria as covas e jogava a semente eu voltava e fechava com os pés, eu não via como trabalho, mas levava na brincadeira, achava divertido. No segundo ano iniciei meus estudos, tinha acabado de entrar na pré-escola, era assim que era chamado na época, me recordo de poucas coisas, eu não entendia porque tinha que estudar, era tudo novo para mim, eu não queria, eu queria era ir para roça ficar perto dos meus avós. Na escola me lembro de escrever as vogais e escrever meu nome, não me recordo de a professora ter contado qualquer conto infantil, a experiências e práticas de letramento só vim presenciar em Brasília. Nessa escola, me lembro perfeitamente que eu tinha que codificar e decodificar, apenas isso.

Conclui a pré-escola e teve a formatura, me lembro o quanto a minha vó comemorou com muito louvor essa formatura, ficou toda feliz, pois ela teve essa oportunidade em sua vida, minha vó só foi nas escolas poucas vezes, nem chegou a concluir o pré-escolar. Minha vó aprendeu a assinar o nome, ou seja, a fazer a escrita de seu nome, porque a sua mãe pagou uma pessoa alfabetizada para ensinar minha vó a escrever. As continhas, pequenas operações, minha vó aprendeu no dia a dia.

Minha vó me incentivava muito a estudar, ela até deixou de me levar para a roça para poder estudar, um dia ela me falou algo que julgo muito importante e carrego por toda minha vida, e espero poder um dia realizar esse desejo inicialmente dela, mas que com o tempo se tornou também o meu. Um dia, ela me colocou em cima da cadeira para que eu ficasse da altura de um adulto (no tamanho) e me disse: “... *quando você for grande desse tamanho que está agora em cima da cadeira, você será uma professora, vai ser uma professora doutora*”. Naquela época, ser professor era algo extremamente importante, o professor era muito respeitado, era figura de destaque na sociedade. Era a mesma coisa que ser um médico hoje. Digo, não me referindo ao financeiro, mas em questão de valores. Minha vó não tinha outra referência a não ser a figura de um professor. Guardei essas palavras no coração, elas soaram muito forte dentro de mim, como uma brasa no altar. Mesmo não entendendo ainda e ao certo o que era essa função *ser professor*. Minha vó, também sempre me dizia outra frase: “ *honre seus professores, pois o professor é aquele que alumia o caminho para que o estudante possa trilhar, e você tem que trilhar esse caminho até o fim*”.

No ano seguinte, após concluir a pré-escola, minha vó me matriculou na 1ª série do Primário, o Primário corresponde as séries iniciais do Ensino Fundamental hoje. Estudei ali apenas poucos dias e logo tive que mudar novamente para Brasília, minha mãe foi buscar eu e meu irmão para morar com ela. Em Brasília, comecei os estudos no Centro de Ensino

Educacional 01 de Brazlândia, estudei até a 8ª série. No ano de 2000, me mudei para Goiânia e fiquei morando lá até o ano de 2013. Meu pai me matriculou em um colégio militar, estudei apenas dois anos e saí, pois não me adaptei ao sistema da escola. Nesse período, eu parei de estudar e fui para Brasília passar as férias, nessas férias de 2003, aconteceram coisas que mudaram minha vida, me converti ao evangelho, voltei para Goiânia e comecei a dar aula na Escola Bíblica Dominical, ali comecei a ter contato com as crianças, passei a gostar muito, e por isso decidi fazer Pedagogia, antes eu pensava em fazer qualquer licenciatura, mas depois ao entrar na igreja e ter contato com as crianças lá da igreja resolvi fazer Pedagogia, pois pensava que Pedagogia era somente para dar aula para crianças. Também nesse período comecei a trabalhar em uma Rede de Supermercados Marcos, como balconista na panificadora. Só voltei a estudar em 2009 na 2ª série do Ensino médio e concluir em dezembro de 2010.

Em dezembro prestei o vestibular para Pedagogia na Universidade Federal de Goiás, passei e iniciei as aulas em fevereiro de 2011. Para mim foi um milagre, nunca pensei que um dia eu fosse estudar em uma universidade federal, mas para a glória de Deus entrei lá e estudei, sempre tive esse sonho, e Deus realizou. Para mim é motivo de muito orgulho ter entrado em um curso superior e ainda mais em uma universidade federal, pois eu fui a única da família a ter entrado na educação superior. Minha vó chorou de tanta alegria e eu também, muitas foram as dificuldades para que eu pudesse entrar no curso superior, foram muitas as pelepas e privações.

Comecei essa nova jornada na minha vida, fiquei um pouco com medo, mas com o passar do tempo tive a certeza de que era isso que Deus tinha para minha vida e tive a certeza de que era o que eu queria e, portanto, não iria desistir acontecesse o que for, não ia desistir. Com o tempo, meus conceitos com relação ao curso de pedagogia foram mudando, fui deixando o senso comum de lado, isso pelo contato com as teorias da Educação. Passei a compreender o que é ser pedagogo, cada dia que ia descobrindo a identidade do pedagogo, mais eu gostava desse curso, mais eu me identificava, agora não era mais porque gostava de crianças, mas sim porque descobri a nobreza dessa profissão e sua importância para a sociedade.

Vários motivos contribuíram para essa escolha profissional, mas os mais fortes foram as palavras de minha vó e também minha conversão ao evangelho. Nunca me arrependi, se o tempo voltasse atrás, tenho certeza de que faria o mesmo curso com todo orgulho e desvelo.

No ano de 2013 me mudei para Brasília, fiz prova de transferência Facultativa para a Universidade de Brasília e fui aprovada. Para mim foi um milagre, nunca pensei que um dia eu fosse estudar na UnB, mas para a glória de Deus entrei lá e estudei, sempre tive um sonho de estudar na UnB e Deus realizou. Comecei a caminhar mais uma trilha da jornada, com muitas oportunidades e descobertas. Aqui na UnB tive muitas oportunidades que foram únicas em minha vida acadêmica. A primeira experiência foi participar de duas disciplinas muito importantes para minha formação, a primeira foi a disciplina de Educação de Jovens e Adultos (EJA), antes eu não gostava da EJA, e pelo contato com a disciplina tudo mudou, passei a ver com outros olhos e ver a importância desta na formação do futuro professor, por meio desta disciplina tive a oportunidade de participar do Programa de Iniciação Científica (PROIC), tendo como orientadora a professora Maria Clarisse Vieira, participei por dois anos do PROIC, foi de grande aprendizado para mim. Era meu sonho participar do PROIC, na UFG, mas nunca tive a oportunidade, e quando apareceu essa oportunidade abracei com todas as minhas forças. Fazer a disciplina de EJA e participar do PROIC, foi marcante em minha vida, fez toda a diferença, posso até fazer o antes e o depois.

A outra disciplina que contribuiu muito para minha formação foi o Projeto II, foi nessa disciplina que descobri a identidade do Pedagogo, o que antes desconhecia, e se ainda havia alguma dúvida em relação a fazer esse curso, com toda a certeza eu digo: “ *todas as dúvidas foram dissipadas*”. Ali conheci uma professora por nome de Kátia Augusta Curado, que ministrava a aula, ela era segura de si, sabia dominar o conteúdo como ninguém, falava numa autoridade e clareza a respeito dessa profissão como eu nunca tinha visto antes. Ela falava com tanto gosto, que as palavras dela pareciam ter vida, e aquilo foi entrando em meu coração, foi ali naquela disciplina que decidi fazer o tema desta pesquisa, e também escolhi ela para ser minha orientadora da monografia, para mim foi motivo de muita alegria ter ela como minha orientadora, é a mesma sensação de ter passado no vestibular, de ter recebido um prêmio. Ela ao ler isso vai achar exagero, mas é minha experiência, e não posso negar.

Outra experiência significativa que contribuiu para minha formação foi participar do grupo de estudo e pesquisa na área de formação e atuação de professores – GEPFAPe, sob a coordenação da Professoras: Kátia Curado e Shirleide Pereira Cruz.

Agora chegou ao fim do meu curso, enfrentei muitos obstáculos para chegar até aqui, passei muitas privações e necessidades, muitas vezes pensava que não iria conseguir, mas Deus sempre me dava forças para continuar, e sempre que eu chegava na faculdade e via meus professores tão dedicados, me com tantas tarefas a cumprir, isso me renovava e acendia

a chama da esperança de que um dia eu serei como um deles. Posso dizer, mas eu venci, o sentimento que fica é de eterna gratidão primeiramente a Deus, e depois por todos que me ajudaram a chegar até aqui, por todos que acreditaram em mim. Fica o sentimento de gratidão aos meus Professores que marcaram minha vida e que fizeram a diferença, que alumiararam meu caminho com a luz do conhecimento para que pudesse trilhar, caminho que não quero parar, mas sim prosseguir sem olhar para trás.

Quero prosseguir esse caminho, a graduação vai ser apenas o começo, quero um dia fazer o mestrado e quem sabe se Deus quiser e me der saúde um doutorado, e eu creio que Deus tem isso para mim, basta eu me esforçar, tenho uma tão grande nuvem de testemunhas, de professores para me espelhar e dedicar, quando olho para eles, o desejo é mais forte que os obstáculos e que posso enfrentar com a graça de Deus em minha vida. Também quero fazer um concurso público e exercer minha profissão docente na Secretaria de Educação. Essas são as minhas palavras, um pouco de minha trajetória, um dos poucos quilômetros de minha caminhada como peregrina aqui neste mundo.

PARTE II - INTRODUÇÃO

Este estudo aborda o tema Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) pedagogia/UnB. Nos últimos anos, a formação docente tem se configurado num campo sólido para pesquisas científicas. Esse tema está na agenda do governo, sendo foco de ações e programas ligados às políticas públicas, vinculados à projetos, à capacitação e a formação que buscam a qualidade no ensino.

Essa política veio para atender ao disposto na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996. No artigo 62 a referida Lei, afirma que a formação de professores para atuar na educação básica se fará em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. Para atender a esse disposto, foi criado o PARFOR, que oferece formação inicial para professores em serviço na rede pública de ensino de educação básica que ainda não possuíam formação em nível superior.

O PARFOR é um programa emergencial com oferta emergencial de cursos de licenciatura, dirigido a professores em exercício nas escolas públicas de educação básica, com pelo menos 3 anos de atuação, que não possuem a formação adequada ou que estejam atuando fora de sua área de formação inicial.

O Programa se constitui numa política de formação de professores para qualificação profissional. Segundo Gatti, Barreto (2009), as propostas contidas nos documentos que regulamentam o plano procuram responder a alguns dos problemas de fundo apontados por décadas pelas análises realizadas no país sobre o processo de formação docente.

Por meio do entendimento sobre política pública educacional no âmbito da formação de professores, torna-se importante refletir e analisar as percepções dos e das cursistas do PARFOR em relação a sua formação pelo programa. A partir desse problema, o trabalho tem por objetivo geral analisar as percepções dos cursistas do PARFOR em relação a sua formação pelo programa, tendo como objetivos específicos: identificar as contribuições do PARFOR na formação dos professores estudantes do PARFOR na sua prática docente; avaliar quais fatores que motivaram os cursistas a participarem do programa

Este estudo justifica-se por tratar da formação de professores, tendo relevância acadêmica e profissional, uma vez que tem poucas pesquisas com essa temática e também porque é importante estudar a formação de professores em especial a formação inicial,

principalmente dos professores que atuam na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. O presente trabalho tem relevância social ao revelar que a importância da valorização dos professores acontece de várias formas, desde remuneração, condições de trabalho, planos de carreira, formação inicial e continuada, entre outras.

O trabalho foi desenvolvido com base na abordagem mista de pesquisa, que contempla aspectos qualitativos e quantitativos. Caracteriza – se em uma pesquisa exploratória que, segundo Gonsalves (2011, p. 67) “ é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado”. A pesquisa foi desenvolvida em três etapas: pesquisa documental, entrevista semiestruturada e questionário fechado.

A pesquisa documental teve por base a seleção e estudo dos documentos e do arcabouço legal em que se baseia a implementação do programa, e a análise dos documentos que criaram o curso de licenciatura na faculdade de Educação da UnB. A análise das Atas das reuniões do Fórum Distrital Permanente de Apoio à Formação Docente do Distrito Federal e análise do Plano Estratégico do Distrito Federal. Também foi necessário uma revisão bibliográfica sobre o tema.

Na segunda etapa da pesquisa foi elaborado um roteiro de entrevista semi- estruturada, direcionado ao coordenador do curso de pedagogia presencial / Parfor – Unb. A fim de coletar informações a respeito da percepção do coordenador a respeito do Programa.

A terceira etapa da pesquisa buscou levantar informações da percepção dos estudantes do Parfor/UnB em relação ao Programa. Para isso, foi elaborado um questionário fechado destinado aos alunos do Parfor/ Pedagogia.

A partir dos dados coletados, foi possível estabelecer uma relação aos objetivos desta pesquisa proposto pelo Programa, e descobrir quais as percepções do estudante do Parfor em relação ao Programa.

O referido estudo está estruturado em três capítulos, no primeiro capítulo será abordado os conceitos e o histórico da política estudada. No segundo capítulo será tratado sobre o Parfor como política pública, as novas atribuições da Capes, sobre a nos dados do Programa Geral. O terceiro e último capítulo aborda o conteúdo referente ao Parfor, a análise

de dados, a discussão com o referencial teórico, na sequência, as considerações finais encerram o presente estudo.

CAPÍTULO 1 - O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS

A função que o Estado desempenha em nossa sociedade passou por inúmeras mudanças e transformações ao longo do tempo. Mas é no Século XVIII e XIX, após a Revolução Francesa e Revolução Industrial, no advento do Capitalismo, que vão surgir enormes mudanças, até esse período seu principal objetivo era a segurança pública externa em caso de ataque inimigo.

No entanto, com o aprofundamento da expansão Democracia, com o estabelecimento do Capitalismo, as responsabilidades do Estado se diversificaram. Atualmente, é frequente se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade, mas para isso necessita desenvolver um conjunto de ações e atuar em diferentes áreas como: saúde, educação, meio ambiente, entre outros.

Para promover o bem estar da sociedade os governos utilizam políticas Públicas, Hofling (2001) define políticas públicas como o “ Estado em ação”, é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Políticas públicas, são entendidas pela autora como de responsabilidade do Estado, quanto à implementação a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Segundo a autora, as políticas são criadas e postas em prática a partir de uma determinada concepção de sociedade ou de um fundamento teórico.

Para falar de políticas públicas é necessário em primeiro lugar, compreender qual é o papel do Estado. Segundo Aith (2006, p. 217)

O Estado moderno é definido através de três elementos ou condições – povo; território e poder político soberano. E apresenta um grau de complexidade bastante elevado, exigindo de todos os que são a ele submetidos uma capacidade de análise e de controle social cada vez maior.

O Brasil organiza-se em um Estado constitucional, esse modelo de estado pressupõe um governo representativo. O Estado é uma organização dada pela sociedade política nacional, para que os direitos sejam promovidos e protegidos.

A finalidade do Estado é a garantia dos direitos de cada um dos indivíduos que o integram e toda ação desenvolvida pelo Estado deverá ser feita no sentido da proteção desses direitos. Nesse sentido, os governos devem executar políticas que busquem a promoção e proteção dos direitos humanos, e qualquer política que não tenha essa finalidade torna-se inconstitucional (ou ilegal). Segundo Aith (2006), a proteção desses direitos e demais direitos

reconhecidos em um ordenamento jurídico são reconhecidos pelo ordenamento jurídico, e esses direitos são realizados pelo Estado, através da execução de políticas públicas, que podem ser de segurança de saúde, educação, entre outras.

De acordo com Aith (2006), a elaboração das políticas públicas deve estar em consonância com os ditames da constituição e dos demais instrumentos normativos do ordenamento jurídico, e sempre ter como finalidade o interesse público e a promoção e proteção de direitos.

As políticas públicas são classificadas em políticas de Estado e Políticas de governo. As políticas de Estado, devem ser contínuas, perene, exclusivamente são realizadas pelo governo, não sendo passíveis delegação ou terceirização, e não podem ser quebradas na troca de governo, pois são tarefas do Estado. Um exemplo de política de Estado é o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como finalidade o acesso universal e igualitário às ações e serviços públicos de saúde, ou seja, garantir o direito a saúde.

Já as políticas de governo, são pontuais, podem ser terceirizadas, bem como sofrer quebra de continuidade. Toda política pública, seja ela de Estado ou de Governo, sem exceção, estão sujeitos às regras definidas pelo ordenamento jurídico, e devem ter como finalidade o interesse público e a proteção dos direitos humanos. Aith considera (2006, p. 232), “política a atividade estatal de elaboração, planejamento, execução e financiamento de ações voltadas à consolidação do Estado democrático de direito e a promoção e proteção dos direitos humanos”.

A elaboração, planejamento e financiamento das políticas públicas, realizam-se através de instrumentos normativos, tais como: leis, decretos, portarias, resoluções; dentre outras existentes no ordenamento jurídico. A participação da população é imprescindível, na implementação da política pública formulada, desde sua elaboração até o seu funcionamento.

As políticas públicas do Estado do bem-estar social são resultado da luta dos trabalhadores por direitos sociais, intensificado no segundo pós-guerra mundial, nos países de capitalismo avançado. Nessa perspectiva, o Estado passa a ter papel crescente na regulamentação do trabalho assalariado, atuando mais diretamente na formulação e implementação dos padrões de proteção social do trabalhador. O Estado assume responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos, em áreas como: previdência social, habitação, assistência criança, transporte, emprego e educação. Assim, o conceito de política pública social compreende as intervenções do Estado voltadas ao atendimento da população como um todo, não apenas a uma classe ou grupo social. Em uma sociedade democrática é

fundamental a participação da sociedade civil na elaboração e implementação das políticas, uma vez que as políticas públicas envolvem os diversos setores da sociedade, o Estado, o povo e a iniciativa privada, as organizações sem fins lucrativos, os movimentos sociais, dentre outros atores. Numa sociedade democrática temos que ter uma representação igualitária, ou seja, temos que ter representantes de todas as classes, comunistas, religiosa, das minorias, raciais, dentre outras.

Todo o processo decisório tem que levar em consideração esses novos seguimentos da sociedade. A capacidade de resposta do Estado a essas demandas é mais complexa. Esse processo de participação, elaboração e implementação das políticas públicas torna-se um espaço de competição de poderes e disputa política. As políticas são para atender as demandas sociais e são muitas as demandas. Um exemplo de espaço de disputa na elaboração de políticas pública é o Plano Nacional da Educação (2014 a 2024) uma política de Estado com duração decenal. Foram quatro longos anos para sua elaboração, justamente por causa dessa arena de disputas, nesse contexto entram em “cena” diferentes grupos com finalidades distintas para disputar a influência na definição das finalidades sociais, e nas finalidades da educação no país.

Um exemplo de ator social na elaboração de políticas educacionais é a Associação Nacional pela formação de profissionais da Educação (Anfope). A Anfope é uma entidade de caráter político- acadêmico que vem desde a década de 70, uma atuação fundamental no debate e análise das políticas públicas no campo da formação dos profissionais da educação. No campo político- organizativo, em conjunto com as entidades nacionais do campo educacional, tem buscado aprofundar aspectos específicos em relação á temática da formação e da profissionalização do magistério, articulando-se ás lutas mais gerais dos educadores brasileiros, mais recentes como Na Conferência Nacional de Educação, e no processo de discussão e aprovação, pelo congresso Nacional, do Plano Nacional de Educação.

A Anfope integra a Conferencia Nacional de Educação desde 2010, como suplente das Entidades de Estudos e Pesquisas em Educação, Fórum Nacional de Educação (FNE) cuja entidade é da Associação Nacional em pós-graduação em Educação (Anped).

A entidade vem participa de vários espaços institucionais para construção e definição de políticas para a formação de professores para a educação básica, dentre elas podemos destacar: Representação nos Fóruns Estaduais Permanentes de apoio à Formação Docente, que foi instituído pela Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, contribuindo para a construção coletiva das políticas de formação em cada

Estado; Grupos de trabalho sobre avaliação da Educação Infantil, no INEP; Comitê Gestor da Prova Nacional de Concurso para o ingresso na carreira Docente; Conselho Técnico Científico da Educação Básica da Capes. Neste espaço são travados os principais embates quanto às políticas de formação inicial e continuada de professores. No campo da investigação a Anfope tem duas pesquisas desenvolvidas em rede com pesquisadores pertencentes ao Núcleo de pesquisa da Anfope. Uma é o Observatório de formação e valorização docente: configurações e impactos da implementação dos Fóruns Permanentes de Apoio à formação do Magistério. Essa pesquisa mostra a participação da Anfope em vinte e quatro Fóruns, essa pesquisa busca evidenciar os avanços do processo formativo de professores/cursistas nos cursos emergenciais presenciais do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), como as dificuldades enfrentadas na operacionalização desse plano.

1.1 O Regime de colaboração entre os entes federado

Segundo Cury (2006), federação é uma união de membros federados, que formam uma só unidade soberana: o Estado. No caso do Brasil, é o que denominamos de União. No regime federal, só há um Estado Soberano, com unidades federadas subnacionais. Estas gozam de autonomia, cuja relatividade se dá dentro dos limites jurisdicionais atribuídos e especificados. Daí que tais subunidades não são nem nações independentes nem unidades somente administrativas.

O Art. 211 da CF de 1988 determina que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”, definindo ainda a esfera de atuação de cada ente federativo, ou seja, a responsabilidade de cada um na organização, oferta e atuação, ficando a União incumbida da organização do sistema federal de ensino e também do financiamento das instituições de ensino públicas federais. Porém, destacamos que o § 1º deste artigo referenda que a União tem, “em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios”. (BRASIL, 1988).

O regime de colaboração refere-se a forma cooperativa e colaborativa entre os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Visando equilíbrio do

desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional de forma geral, e na Educação de forma particular, a fim de estabelecer políticas públicas.

Na educação visa enfrentar os desafios educacionais de todas as etapas e modalidades da educação nacional bem como regular o ensino privado (FRANÇA, 2014, p. 417). O regime de colaboração baseia-se em regulamentação que estabelece atribuições específicas de cada ente federado, em que responsabilidades e custos sejam compartilhados e pautados por uma política referenciada na universidade nacional.

No regime de colaboração existe uma relação de interdependência, dependência recíproca, onde um depende do outro. A Constituição de um sistema federativo requer o necessário estabelecimento de uma responsabilidade e a garantia da integridade do Estado.

As leis, portarias e decretos voltados a formação de professores se reporta a este ordenamento jurídico estabelecido na Constituição Federal de 1988 e referido, no setor educacional, na Lei de Diretrizes e Base da Educacional de 1996. A ênfase a esse regime parte de um processo histórico de construção do modelo do Estado brasileiro e fornece na elaboração das suas políticas.

O federalismo é uma forma de governo, em se caracteriza como um pacto que visa finalidade comum. Trata-se de uma organização político- territorial do poder, cuja base se situa em duas instancias a dos entes' federados e a do governo.

Diante dos desafios postos pelas reivindicações para ampliação do acesso à educação para as classes populares, muitos planos foram propostos. Nessa seara, destacamos o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que de acordo com a proposta do governo está sustentado nos seguintes pilares: visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social. (MEC, 2007).

O PDE, instituído pelo MEC, em abril de 2007, é um plano gestado no processo de mudanças na gestão da educação básica brasileira, num cenário que aponta a necessidade de implementação de modalidades de planejamento e de avaliação de larga escala como instrumentos de regulação para mensurar o desempenho dos sistemas de ensino.

Dentre as ações desse Plano se sobressai o Decreto 6.094/2007, que em sua ementa, dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica

e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. (BRASIL, 2007a).

Esse Decreto, portanto, apresenta o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação como a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e das comunidades, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica e define que a participação da União no Compromisso será pautada no incentivo e apoio à implementação, por parte dos Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino, das diretrizes que norteiam as ações desse plano.

O Plano de Metas, por sua vez, agrega ingredientes novos ao regime de colaboração, de forma a garantir a sustentabilidade das ações que o compõem. Convênios unidimensionais e efêmeros dão lugar aos planos de ações articuladas (PAR), de caráter plurianual, construídos com a participação dos gestores e educadores locais, baseados em diagnóstico de caráter participativo, elaborados a partir da utilização do Instrumento de Avaliação de Campo, que permite a análise compartilhada do sistema educacional em quatro dimensões: gestão educacional, formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar, práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos. (BRASIL, 2007b, p. 23).

Surge então, no contexto da gestão da educação básica dos sistemas públicos de ensino, o PAR, como instrumento de planejamento estratégico de caráter plurianual com o objetivo de contribuir com a melhoria das condições de acesso, permanência e desenvolvimento dos sistemas estaduais e municipais de educação básica através de ações supletivas e redistributivas entre os entes federativos, destinadas à correção progressiva das disparidades no padrão de qualidade do ensino.

Nesta perspectiva a formação de professores tem sido uma das ações centrais das políticas públicas educacionais. A seguir analisaremos um dos programas o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

CAPÍTULO 2 – O PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Em uma breve análise, abordamos a política educacional que se desenha no Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (PARFOR) e que se identifica como uma ação voltada para um trabalho conjunto do governo e da sociedade civil visando promover a qualidade da educação, tendo como pedra angular a formação de professores inicial e continuada.

2.1 O PARFOR como política pública

Nos últimos anos o governo federal tem voltado a sua atenção à formação de professores, com o objetivo de assegurar uma educação de qualidade como direito de todos. Para tanto, o governo federal, passa a desenvolver uma série de medidas, visando atender a demanda pela formação inicial em nível superior exigida pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 93.94/96 (LDB) e pela formação continuada, demanda que resulta no atendimento de milhares de docentes.

Entre as medidas tomadas pelo governo federal, podemos citar a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Decreto nº 5.800/2006, sob a responsabilidade da diretoria de educação a distância, ligada a coordenadoria de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES), em parceria com as secretarias de educação à distância do MEC.

A universidade aberta do Brasil, tem como objetivo promover a formação inicial e continuada de professores, utilizando metodologia de educação à distância (EaD). Segundo Gatti, Barreto e André (2011, p.50)

A UAB é um sistema integrado por instituições públicas de ensino superior (IPES) que oferece cursos dirigidos preferencialmente a segmentos da população que tem dificuldades de acesso à formação superior. A prioridade é de atendimento aos professores que atuam na educação básica.

Outra medida adotada pelo governo federal, foi mudar a escritura do CAPES. Com a crescente responsabilidade pela formação docente. O Ministério da Educação (MEC) alterou a estrutura da CAPES pela lei nº 11.502 /2007, acrescentando a responsabilidade de coordenar a estruturação de um sistema nacional de formação de professores. A CAPES passa a subsidiar o MEC na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte para a formação docente em todos os níveis e modalidades de ensino.

Dentre as novas atribuições da CAPES, passa a ser de sua responsabilidade em regime de colaboração com os entes federados e mediante termos de adesão firmados com IESs, induzir e fomentar a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica nos diferentes níveis de governo, planejar ações de longo prazo para sua formação em serviço, elaborar programas de atuação setorial ou regional para atender à demanda social por esses profissionais.

2.2 As novas atribuições da CAPES na formação de profissionais para o magistério

O MEC alterou a estrutura da CAPES pela lei nº 11.502/2007 regulamentada pelo Decreto nº 6.316/2007, e aumenta a responsabilidade, passa a ter mais uma função de coordenar a estruturação de um sistema nacional de formação de professores.

Dentre as novas atribuições da CAPES, cabe a ela, em regime de colaboração com os entes federados e mediante termos de adesão firmado com IES, induzir e fomentar a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica nos diferentes níveis de governo; planejar ações de longo prazo para a sua formação em serviço; elaborar programas de atuação setorial ou regional para atender à demanda social por esses profissionais; acompanhar o desempenho dos cursos de licenciatura nas avaliações conduzidas pelo INEP; promover e apoiar estudos e avaliações sobre o desenvolvimento e a melhoria dos conteúdos e das orientações curriculares dos cursos de formação de professores inicial e continuada.

As responsabilidades da CAPES são grandes, e complexos os desafios a serem enfrentados. A CAPES é um órgão do MEC e tem longa Tradição na Pós-Graduação, tem conduzido com sucesso, a política de Pós – Graduação no país durante várias décadas. As novas atribuições da CAPES eram anteriormente de responsabilidade da secretária da Educação Básica, da Secretária de Educação Superior e a Secretária da Educação à Distância do Próprio MEC.

2.3 A Política Nacional de Formação de Professores / Decreto nº 6.755 de 2009

Outra medida importante criada pelo governo Federal, foi instituir a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica pelo Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica e

disciplina a CAPES no fomento a programas de formação inicial em colaboração com os entes federados.

A política nacional de formação de professores foi criada com finalidade de organizar em regime de colaboração entre os entes federados a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas de ensino da educação básica. A Lei de Diretrizes da Educação Básica Nacional nº 9.394/96, ao definir que para o ingresso no magistério público da Educação Básica o professor tem que ter habilitação mínima em cursos de licenciatura, trouxe uma grande contribuição para a instituição da Política Nacional de Formação de Professores.

Dados do Educacenso de 2007 registravam que um terço dos docentes da educação básica das redes públicas e particular do Brasil não tinham formação adequada. Do total de 1.977 milhões de docentes, 636,8 mil ensinavam sem diploma universitário. Diante a essa situação e também dos baixos índices no IDEB, e após 13 anos de LDB, que o governo foi instituir a Política Nacional, mediante um alarmante quadro da situação da educação brasileira. Para a CAPES (2011), quanto mais os docentes estiverem sem formação adequada para atuar na docência, mais baixo são os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Segundo Mororó (2012), o país avança ao tentar formular uma política global de formação, procurando diminuir as desigualdades existentes no campo da formação de professores. Segundo Gatti, Barreto e André (2011) o Decreto apresenta doze princípios, dos quais podem ser destacados: a formação docente como compromisso de Estado; a colaboração constante entre os entes federados; a importância de o projeto formativo docente nas Instituições Superiores refletir a especificidade da formação docente. Entre os objetivos dos planos estão:

- I. promover a melhoria da qualidade da educação básica pública;
- II. apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada a profissionais do magistério pelas instituições públicas de educação superior;
- III. promover a equalização nacional das oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério em instituições públicas de educação superior;
- IV. identificar e suprir a necessidade das redes e sistemas públicos de ensino por formação inicial e continuada de profissionais do magistério;
- V. promover a valorização do docente, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira;
- VI. ampliar o número de docentes atuantes na educação básica pública que tenham sido licenciados em instituições públicas de ensino superior, preferencialmente na modalidade presencial;
- VII. ampliar as oportunidades de formação para o atendimento das políticas educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações de risco e vulnerabilidade social;

- VIII. promover a formação de professores na perspectiva da educação integral, dos direitos humanos, da sustentabilidade ambiental e das relações étnico-raciais, com vistas à construção de comunicação e informação nos processos educativos;
- a. promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais do magistério, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos; e
 - b. promover a integração da educação básica com a formação inicial docente, assim como reforçar a formação continuada como prática escolar regular que responda às características culturais e sociais regionais. (Brasil, 2009)

Para que os objetivos da Política Nacional de Formação de Professores sejam cumpridos, é necessário a criação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio a Formação Docente, e por meio de programas específicos do Ministério da Educação.

Os Fóruns têm como função elaborar o Plano estratégico e promover a sua revisão periódica. Cada fórum deverá elaborar suas normas de funcionamento de acordo com o Decreto nº 6.755/ 2009.

2.4 Os fóruns...

Os Fóruns Estaduais são órgãos colegiados criados para dar cumprimento aos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Entre as principais funções do Fórum, estão:

- elaborar e acompanhar a execução de um plano estratégico;
- definir prioridades e metas do programa em cada estado;
- coordenar as ações de formação de professores; e
- propor ações específicas para garantia de permanência e rendimento satisfatório dos professores de educação básica.

O Plano Estratégico deverá contemplar o diagnóstico e identificar as necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento das instituições públicas de educação superior envolvidas. Os Fóruns elaboram os Planos Estratégico, mas é o MEC quem analisa e aprova. O MEC atuará considerando as etapas, as modalidades, tipo de estabelecimento de ensino, bem como a distribuição regional e demográfica do contingente de profissionais do magistério a ser atendido.

A Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, junto com a Secretaria de Educação Presencial e a Diretoria de Educação a Distância da Capes, assumem a responsabilidade de apoiar os Fóruns, na organização e registro dos dados com relação as demandas de formação inicial e continuada e à oferta de cursos e vagas pelas instituições formadoras.

2.5 A CAPES...

Com relação a formação inicial, a Capes passa a fomentar a oferta emergencial de cursos de licenciaturas e de cursos ou programas especiais aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica que sejam: graduados não licenciados; licenciados em área diversa da atuação docente; e de nível médio na modalidade normal.

Para atender ao disposto no art. 11 do Decreto nº 6.755 de 2009, o Ministério da Educação elaborou o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, instituído pela Portaria Ministerial n. 9 de 2009, é um programa emergencial, que:

[...] visa induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita de qualidade, para professores em exercício na rede pública educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação mínima exigida na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no país (MEC, 2009).

O acesso dos docentes à formação requerida na LDBEN 9394/96 é realizado por intermédio da oferta de turmas especiais, por instituições de Educação Superior (IES), em cursos de: licenciatura para docentes em exercício na rede pública de educação básica que não tenham formação superior; segunda licenciatura, para professores que estejam há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial; e formação pedagógica para docentes com curso superior que não seja licenciatura, que se encontram no exercício da docência na rede pública de educação básica. O PARFOR é realizado em rime de colaboração entre os entes federados.

A participação dos Estados se efetiva por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre a Capes e a Secretaria de Educação ou órgão equivalente de cada Estado. Cada Estado tem as seguintes funções: implantar, organizar o Fórum Estadual Permanente de Apoio a Formação Docente; acompanhar as atividades do PARFOR-presencial no âmbito do Estado; promover a divulgação das ações e da oferta de cursos e vagas no âmbito do PARFOR – presencial no Estado; realizar o processo de validação dos pré-inscritos da sua rede; orientar os docentes de sua rede sobre o processo de pré-inscrição, seleção e matrícula; acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos docentes de sua rede; garantir as condições necessárias para que os docentes de sua rede possam frequentar os cursos de formação; apresentar sempre que solicitado, informações sobre sua rede quanto à demanda por formação com a finalidade de subsidiar a elaboração do Plano Estratégico Estadual de Formação Docente do Estado; manter o cadastro Educacenso atualizado.

Os municípios interessados em participar do PARFOR Presencial deverão aceitar as condições prevista no termo de aceite, documento apresentado em forma eletrônica, no momento do processo de validação das pré-inscrições na Plataforma Freire. Os municípios terá como função: acompanhar as atividades do PARFOR-Presencial no âmbito do seu do município; acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos docentes de sua rede; colaborar com o Fórum Estadual Permanente de Apoio a Formação Docente, apresentando as informações que forem solicitadas quanto à demanda por formação no município, com a finalidade de subsidiar a elaboração e revisão do Plano Estratégico de Formação Docente do estado; manter o Educacenso atualizado; dentre outras funções.

Com relação a CAPES, esta tem a função de: fazer a articulação entre as secretarias de educação dos estados, o Distrito Federal e dos municípios e as IES na organização da oferta e implantação dos cursos; analisar, homologar e publicar na Plataforma Freire, o quadro de oferta de cursos e vagas; transferir para as IES, nos termos da legislação federal pertinente dentre outras funções. A participação das Instituições de Educação Superior se dará por meio de firmamento de Termo de Adesão ao Acordo de cooperação Técnica. As IES que aderirem ao PARFOR Presencial são responsáveis por:

- I. Comunicar ao Fórum seu interesse em participar do Programa;
- II. Participar do Fórum Estadual do estado em que for sediada;
- III. Participar da elaboração e revisão do Planejamento Estratégico do estado.
- IV. Promover a divulgação das ações do PARFOR Presencial
- V. Apresentar ao Fórum Estadual sua capacidade de oferta de cursos e vagas, com a finalidade de compatibilização da oferta com a demanda;
- VI. Implantar as turmas especiais conforme deliberação do Fórum e homologação da Capes;
- VII. Garantir todos os procedimentos necessários à certificação de todos os alunos das turmas especiais do PARFOR Presencial;
- VIII. Articular-se com os estados e municípios para definir o calendário escolar e alternativas, quando necessário, que possam viabilizar a participação e permanência dos docentes nos cursos sem prejuízos de suas atividades profissionais;
- IX. Encaminhar à Capes as informações e documentos que forem solicitados para a formalização do instrumento para a transferência dos recursos, nos prazos estabelecidos;
- X. Selecionar, acompanhar e certificar o pagamento dos bolsistas, SGB, de acordo com as normas expedidas pela Capes;
- XI. Realizar a seleção dos alunos pré - inscritos na Plataforma Freire para concorrer às vagas do PARFOR Presencial;

Os alunos matriculados nas turmas especiais do PARFOR - Presencial terão os mesmos direitos e obrigações dos alunos das turmas regulares, o aluno somente terá direito a uma única matrícula ativa no PARFOR Presencial. As turmas especiais deverão ser ofertadas com no mínimo 30 alunos, se o número não for alcançado será admitida formação de turmas nas áreas de matemática, física, química, biologia, música, informática, e formação pedagógica com, no mínimo, 15 alunos e nas demais áreas com o mínimo de 25 alunos.

As turmas especiais ofertadas nos cursos de licenciatura serão disponibilizadas na Plataforma Freire, onde os professores da rede pública de educação básica poderão realizar sua pré-inscrição. A pré-inscrição não garante a vaga e matrícula na IES. Os pré-inscritos serão submetidos ao processo seletivo determinado pelas IES e os selecionados deverão comprovar, no ato da matrícula, possuir os requisitos para a participação no Programa, bem como atender as normas acadêmicas da IES.

2.6 Dados do programa geral

Segundo a palestra da Diretora da Educação Básica Presencial, Carmen Moreira de Castro Neves, MEC, realizada no 1º Encontro Nacional do PARFOR, em 2011, houve de 2009 a 2011, a oferta de 159.229 vagas nos cursos de licenciatura das oitenta e seis instituições públicas envolvidas, sendo implantadas 1.421 turmas e matriculados 50.259 alunos, números bem distantes das metas estabelecidas pelo Governo Federal para este programa, a partir de estudos desenvolvidos pelo próprio MEC. Em 2011, a relação matrícula/oferta de vagas alcançou 41,88%, sendo a mais alta desde 2009; no entanto, menor do que 50% do contingente de alunos esperado foi alcançado e um número alto de desistência.

Para operacionalização da oferta dos cursos previstos no PARFOR, já foram mobilizadas 90 instituições formadoras de educação superior, 76 públicas (48 federais e 28 estaduais), e 14 comunitárias e confessionais, nesses estados, estimando-se uma oferta global superior a 300 mil vagas gratuitas para professores em exercício da rede pública da educação básica, a partir de 2009. Essas vagas estão distribuídas em cursos regulares e especiais de 1ª licenciatura, destinados a professores sem graduação, cursos especiais de 2ª licenciatura para docentes atuando em área distinta da formação e cursos especiais de Formação Pedagógica para bacharéis sem licenciatura.

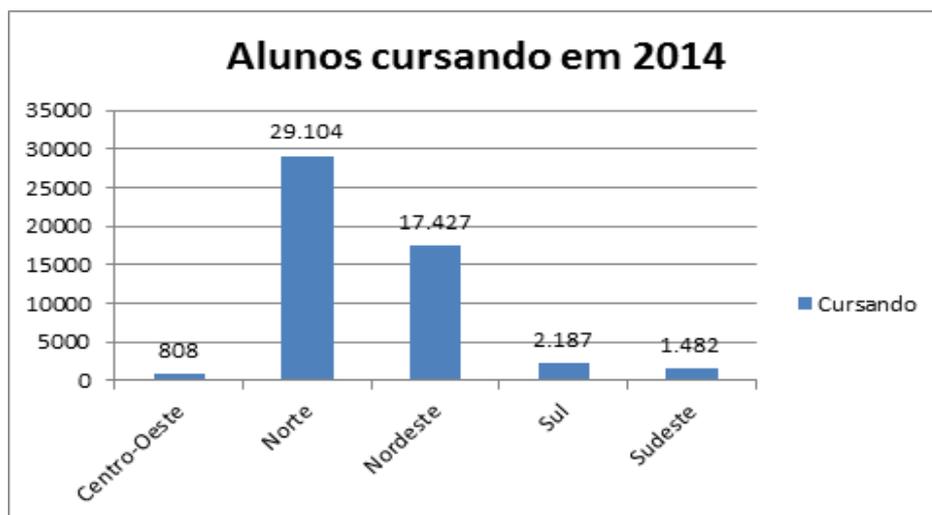
Anualmente a Capes divulga o Calendário de Atividades do Programa. Nele estão definidos os prazos e as atividades a serem realizadas pelas secretarias de educação estaduais,

municipais e do DF, os Fóruns e as IES e o período das pré-inscrições. Para concorrer à vaga nos cursos ofertados, os professores devem: a) realizar seu cadastro e pré-inscrição na Plataforma Freire; b) estar cadastrado no Educacenso na função Docente ou Tradutor Intérprete de Libras na rede pública de educação básica; e c) ter sua pré-inscrição validada pela Secretaria de educação ou órgão equivalente a que estiver vinculado.

Para participar do PARFOR o professor fará sua inscrição nos cursos por meio de um sistema desenvolvido pelo MEC denominado Plataforma Paulo Freire (ambiente virtual), onde também terá seu currículo cadastrado e atualizado. A partir da pré-inscrição dos professores e da oferta de formação pelas IES públicas, as secretarias estaduais e municipais de educação terão na Plataforma Freire um instrumento de planejamento estratégico capaz de adequar a oferta das IES públicas à demanda dos professores e às necessidades reais das escolas de suas redes. A partir desse planejamento estratégico, as pré-inscrições são submetidas pelas secretarias estaduais e municipais às IES públicas, que procederão à inscrição dos professores nos cursos oferecidos.

Segundo o portal da Plataforma Freire, até 2014, foram implantadas 2.428 turmas, em 451 municípios, localizados em 24 unidades da federação. Nesse período o PARFOR atendeu professores oriundos de 3.294 municípios brasileiros. Há, em 2015, 51.008 professores da educação básica frequentando os cursos do PARFOR e 12.103 professores já concluíram sua formação.

Gráfico 1 – Alunos Cursando em 2014



Fonte: Plataforma Paulo Freire, 2015.

A meta inicial do PARFOR era diplomar 330 mil professores até 2014, mas, apesar dos esforços, a CAPES admite que a meta de zerar o número de professores sem formação superior pode levar muito mais tempo do que o previsto, levando-se em conta que o tempo médio de conclusão dos cursos do plano de formação é de três anos.

Contudo, conforme alertam Gatti, Barreto (2009), em virtude de a implantação do programa ser muito recente, será preciso aguardar algum tempo para avaliar a efetividade do que é proposto, a partir do que for concretizado nos próximos anos, em relação ao Decreto n°. 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Mas, existem fortes evidências de limitações e contradições que podem comprometer a qualidade da formação oferecida pelas IES e por isso devem ser objeto de apreciação crítica.

Dentre essas limitações, merecem destaque: discrepâncias entre as metas inicialmente traçadas e a realidade existente em virtude de distorções nas estatísticas usadas para o planejamento da oferta e da demanda; falta de clareza sobre os termos da relação articulada entre as unidades federadas; falta de sintonia entre as unidades da federação, materializando-se em cursos ofertados sem demanda efetiva e em casos de prefeituras que não oferecem condições para os professores frequentarem as aulas, provocando, assim, elevadas taxas de evasão; falta de articulação entre as instituições de ensino superior e as redes de ensino da educação básica; competição entre as instituições parceiras e entre os programas de formação ofertados pelas secretarias e IES, pela falta de clareza da função de cada um.

CAPÍTULO 3 - O PARFOR NO DISTRITO FEDERAL: O CURSO DE PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Como mencionado anteriormente, o PARFOR é um programa especial com oferta emergencial de cursos de licenciatura, dirigido a professores em exercício nas redes de ensino de educação básica pública, com pelo menos três anos de atuação, que não possuem a formação adequada ou que estejam atuando fora da área de formação inicial.

O Fórum de Apoio à Formação Docente foi instalado em agosto de 2010, de acordo com a Ata I do dia 2 de agosto de 2010, de instalação do Fórum, a primeira reunião do Fórum ocorreu em maio de 2011, participando dessa reunião representantes da educação das entidades como: Ministério da Educação, Universidade de Brasília, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Instituto Federal de Brasília, Escola de Aperfeiçoamento dos profissionais da Educação, Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Associação Nacional pela Formação de Professores. Nessa primeira reunião foi destacada a necessidade de o Distrito Federal elaborar e realizar o Plano Estratégico de Formação de professores, contendo o diagnóstico das necessidades de formação dos professores da rede e estabelecer metas. O Fórum Distrital de Apoio a Formação Docente tem sua sede na Secretária de Educação do Distrito Federal.

O Plano estratégico do Distrito Federal foi elaborado em 2011 para os anos de 2011 a 2017, o Plano Estratégico, trouxe o diagnóstico das necessidades de profissionais do magistério do Distrito Federal. Como primeira ação, o Fórum Distrital fez levantamento do quadro de professores da SEDF.

O Plano Estratégico de Formação de Professores do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2011), deparou-se com uma rede pública de educação básica que atende a mais de 500 mil alunos, distribuídos em 649 escolas em 14 Diretorias Regionais de Ensino. As 649 escolas da rede pública de ensino de educação básica do Distrito Federal em divide-se em etapas e modalidades conforme o atendimento. O Plano Estratégico, apresenta a qualidade da educação pública do Distrito Federal, pois o DF apresenta bons indicadores:

Professores bem formados, total cobertura do ensino fundamental, jornada de trabalho com coordenação pedagógica e estudos assegurados, carreira do magistério público consolidada. Essas características manifestam-se em uma educação de boa qualidade aferida pelos sistemas de avaliação nacionais dos quais participam o DF. ” (DISTRITO FEDERAL, 2011, p. 5)

Conforme já mencionado, o PARFOR é um programa especial com oferta emergencial de cursos de licenciatura, dirigido a professores em exercício nas escolas públicas de

educação básica, com pelo menos 3 anos de atuação, que não possuem a formação adequada ou que estejam atuando fora da área de formação inicial.

Nas 6 palavras de Gatti, Barreto (2009) as propostas contidas nos documentos que regulamentam o plano procuram responder a alguns dos problemas de fundo apontados por décadas pelas análises realizadas no país sobre o processo de formação de docentes, entre eles:

[...] conseguir articulações entre níveis de gestão e também entre e interinstituições, bem como destas com as redes de ensino, escolas e outros espaços educativos não formais; dar organicidade à matriz curricular e processos formativos; repensar currículos e suas formas de implementação, revendo estruturas das instituições formadoras e dos cursos; estudar mais a fundo os próprios processos formativos em suas diversas modalidades. (GATTI; BARRETO, 2009, p. 52)

A Universidade de Brasília (UnB) e o Instituto Federal de Brasília (IFB), a UnB tem acento no Fórum desde a primeira reunião inicial, para dar apoio as atividades do PE. De acordo com a ATA V, de 14 de julho de 2011, a UnB assumiu a formação dos 800 professores Classe C, descritos no diagnóstico do PE, ofertando vagas no curso de Pedagogia presencial no segundo semestre de 2012 na UnB com financiamento da CAPES. O IFB, se comprometeu a ofertar graduação em segunda licenciatura, sendo 60 vagas em Artes e 40 vagas em Química no primeiro semestre de 2012 e 30 vagas para Biologia e 60 vagas para física no segundo semestre de 2012 com financiamento da CAPES. Na sétima reunião, conforme a ATA VIII, foi relatada a oferta de segunda licenciatura pela UnB, nos cursos de Filosofia, Sociologia, História, Geografia, Letras, Matemática e Ciências. A efetivação da inscrição ocorreu durante o período de greve dos professores da SEDF, o que dificultou a adesão. Para a chamada de matrícula na IES só foram os cursos de Letras, Matemática e Ciências, por serem os únicos a atingirem o quantitativo mínimo para a possível formação das turmas.

A EAPE relatou nessa oitava reunião, todo esforço enviado para a chamada dos Pré-inscritos como: circulares, chamada nos sites da SEDF e EAPE, contatos telefônicos, no entanto percebeu-se que o maior entrave não foi somente a greve, mas sim a falta de entendimento do programa, pois a maioria que havia se inscrito no PARFOR pensava que o programa se tratava da possibilidade em fazer outra graduação e não a complementação da carga horária de licenciatura curta. Desta forma, dos 71 inscritos e validados no PARFOR, somente 18 professores efetivaram a matrícula na UnB, o que gerou o cancelamento da oferta dos cursos, pois o financiamento da capes exige o mínimo de 20 alunos por turma.

3.1 Sobre o curso de pedagogia na Faculdade de Educação da UnB

Pela complexidade envolvida no tema, adotou-se a abordagem qualitativa por melhor contemplar o objetivo desse trabalho. O levantamento, construção e análise das informações foi realizado a partir de entrevistas semiestruturadas, observação, questionário e análise documental. Os participantes da pesquisa foram os professores-alunos do PARFOR. Todos já cursaram 50% das disciplinas constantes do currículo do curso. Foram 22 participantes, em sua maioria, do gênero feminino. Para melhor caracterizar os sujeitos pesquisados, foi sistematizado no quadro da Figura 1.

Figura 1- Perfil dos participantes

		Quantitativo
Faixa etária	25-30	01
	31-35	04
	36-40	08
	41-45	07
	Acima de 45	02
Gênero	Masculino	2
	Feminino	20
Cursou o ensino médio	Escola Pública	11
	Escola privada	11
Tempo de serviço	0-10	14
	Acima de 10 anos	08
Primeiro curso superior	Sim	20
	Não	2

Fonte: As autoras. Perfil dos participantes pesquisados.

A maioria dos professores está vinculado à Rede Estadual de Ensino na zona urbana, são servidores públicos efetivos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Cumprem carga horária de 40 horas, dividida em dois períodos, sendo um de regência de classe, outro dedicado à formação em pedagogia por meio do PARFOR. Na universidade, a primeira dificuldade enfrentada relaciona-se ao perfil desses cursistas, pois eles são professores em exercício, com densa carga de realidade implicada em seus cotidianos, e esse fator constitui um tipo de obstáculo à aproximação entre cursistas e formadores, na medida em que os formadores são professores universitários, muitas vezes distantes da realidade das escolas.

Essa primeira dificuldade pode ser melhor compreendida sob a perspectiva de as categorias ser, chegar a ser e o mero estar, na medida em que esses cursistas são profissionais

do magistério, numa condição do mero estar professor, entretanto, por não possuírem a formação exigida por lei, é preciso um trabalho de formação para chegar a ser professor, sem que, no entanto, deixassem de ser em nenhum instante deste processo. Aproximar universos de referência foi um dos caminhos para minimizar as dificuldades enfrentadas tanto pelos formadores, como entre os cursistas. Assim, foi a partir de conversas entre cursistas e coordenadores que se elaboraram estratégias de trabalho mais sensíveis às questões particulares dos envolvidos nos cursos, ou seja, uma experiência poética da formação docente.

Voltar à sala de aula depois de tantas experiências de trabalho e iniciar uma formação acadêmica em exercício profissional constitui uma tarefa que exige muito dos cursistas, na medida em que suas obrigações aumentam nesse período e há muitos desafios nas vivências de uma licenciatura. Essas primeiras dificuldades diziam respeito ao modo como os cursistas percebiam sua participação nos cursos, implicando inicialmente em comportamentos refratários e negativos diante das propostas apresentadas nas aulas. Ou seja, para os cursistas, essa percepção inicial correspondia ao fato de serem professores, de modo a dificultar a constatação da necessidade de formação como condição para chegar a ser professor, além de implicar no reconhecimento dos formadores numa condição de mero estar formador.

Aos poucos, essas dificuldades foram diminuindo e um novo ambiente foi instaurado, ampliando a compreensão sobre as particularidades do PARFOR/UnB e sobre suas demandas, tanto para formadores, como para os cursistas. Diálogos foram estratégicos nessa transformação inicial, na qual foi preciso sensibilizar os formadores para as características desses cursistas e, despertar nos cursistas sentimentos de pertencimento à UnB, capazes de promover maior compromisso com os cursos, transformando a realidade e a produção de formas de vida.

Entre os formadores, foi preciso orientação para os trabalhos pedagógicos a fim de promover a ampliação no reconhecimento das experiências dos cursistas, tanto no âmbito profissional, tendo em vista que os cursistas já são professores, como também no âmbito existencial, uma vez que são adultos experientes.

O acesso ao curso de Pedagogia 1ª Licenciatura da UnB deu-se a partir do cadastro dos professores da SEDF na Plataforma Freire do Ministério da Educação. Após o cadastro, a SEDF validou a inscrição do professor. Nesse contexto, foram inscritos 88 professores da SEDF no Curso de Pedagogia 1ª Licenciatura.

Com relação ao perfil dos profissionais da educação, o PE apresentou um como o seguinte:

Quadro 1- Perfil dos profissionais em Educação na rede de SEEDF

Cargo	Total	Ativos	Aposentados	Pensão
Especialistas de educação	916	642	256	18
Professor classe A	36.527	25.785	9.961	781
Professor classe B	1.263	708	492	63
Professor classe C	2.066	1.158	807	101
Total	40.772	28.293	11.516	963

Fonte: SEDF/ 2011

De acordo com PE (DISTRITO FEDERAL, 2011), a SEDF apresenta um excelente quadro de professores, sendo que 28.293 professores estavam na ativa, 17.289 são especialistas, 805 mestres e 76 são doutores. A carreira no magistério do DF é regida pela LEI N° 4 .075, de 28 de dezembro de 2007 e está centrada na formação dos professores sendo ela um importante fator, juntamente com o tempo de serviço, para composição salarial. A carreira é composta pelos cargos de provimento efetivo de professor em Classes A, B, e C e de especialistas de Educação do Magistério Público do Distrito Federal. Os profissionais da Classe A, são os profissionais com licenciatura plena, os profissionais Classe B são os profissionais com licenciatura curta, e os professores Classe C, são os professores com formação em magistério de ensino médio.

Segundo o PE (DISTRITO FEDERAL, 2011), a promoção destes profissionais é orientada pela formação. Dos 566 profissionais Classe B da SEDF, apresenta formação inicial a licenciatura curta e atuam nas séries finais do ensino fundamental. Os profissionais Classe C da SEDF, que ainda apresentam como formação inicial o magistério em nível de ensino médio, atuam nas series iniciais do ensino fundamental e na educação infantil.

Quadro 2 - Perfil dos 28.244 professores regentes da SEDF em 2011

Idade	Quant.
20-25	150
26-30	1375
31-35	4.395
36-40	5.934
41-45	6.914
46-50	5.238
51-55	2.453
56-60	1.171
61-65	487
66-70	127

Fonte: SEDF/ 2011

A SEDF são composta de profissionais experientes, tendo menos de 10% de seu quadro com menos de 5 anos de atuação na SEDF com média de tempo de serviço de 13,8 anos. Esse aspecto se apresenta no perfil etário dos profissionais com média de 42 anos.

Quadro 3- Tempo de Serviço dos Cursistas

Tempo de serviço em anos	Quant.
0	331
1-5	2.993
6-10	4.623
11-15	9.857
16-20	5.558
21-25	3.609
26-30	1.101
31-35	155
36-40	15
MAIS DE 40	2
TOTAL	28.244

Fonte: SEDF/2011

Com relação a formação em nível de Pós-graduação, os professores da SEDF, pelo fato de a Rede de Educação Básica do DF ter plano de carreira que prevê promoção por titulação podemos perceber como no quadro abaixo que, dos 28.244 professores da rede, apenas 17 mil possuem especialização *latu sensu*, 800 apresentam mestrado e somente 76 doutorados. Diante desse quadro, verifica-se a necessidade de a SEDF oferecer cursos de pós-graduação *Latu Sensu e estrito sensu*.

Quadro 4- Número de Professores com Especialização na SEDF

ESPECIALISTAS	17.289
MESTRES	800
DOCTORES	76

Fonte: SEDF/2011

Dos 566 profissionais Classe B da SEDF que apresentam como formação inicial licenciatura curta atuam nas séries finais do Ensino Fundamental e exibem média de tempo de serviço na Rede de Ensino em 16 anos como podemos ver no quadro abaixo.

Quadro 5- Tempo de Serviço Professores Classe B

Tempo de serviço Professores Classe B	Quant.
0	0
1 a 5	5
6-10	51
11-15	260
16-20	131
21-25	89
26-30	25
31-35	4
36-40	1
Mais de 40	0

Fonte: SEDF/2011

Observa-se pelo quadro que cerca da metade dos professores tem mais de quarenta anos de vida. Esses Docentes possuem muitos anos no magistério, originando uma experiência profissional enraizada em sua prática pedagógica nesse período de atuação sem formação inicial de nível superior.

Quadro 6- Idade Professores Classe B

Idade Professores Classe B	Quant.
20-25	0
26-30	0
31-35	31
36-40	70
41-45	171
46-50	153
51-55	77
56-60	44
61-65	14
66-70	6

Fonte: SEDF/2011

Os 737 professores Classe C, são professores que possuem formação em magistério de ensino médio e atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, tem perfil diferenciado do exibido pelos professores Classe A e Classe B. Exibem média de 9 anos de tempo de serviço na Rede. O perfil etário é de 40 anos. De acordo com o Planejamento Estratégico (DISTRITO FEDERAL, 2011), esse perfil se deve ao fato de em 2004, a SEDF ter realizado concurso exigindo habilitação em nível médio para os professores das Séries do Ensino Fundamental e Educação Infantil. Por isso, que, em 2011 mais de 50% desses profissionais tinham menos de 6 anos de atuação na SEDF.

Quadro 7- Tempo de Serviço Professores Classe C

Tempo de serviço Professores Classe C	Quant.
0	0
1-5	196
6-10	234
11-15	175
16-20	94
21-25	24
26-30	9
31-35	3
36-40	2
Mais de 40	0
Total	737

Fonte: SEDF/2011

A demanda levantada pelo Fórum e pela SEDF foi apresentada abaixo, entretanto, os professores não se interessaram pelo programa e muitos cursos não foram abertos. A questão perpassou: tempo de serviço – proximidade da aposentadoria, disponibilidade para frequentar o curso, já havia cursado ensino superior em outra área.

Quadro 8- Demanda por Curso/ PARFOR

Curso	Demanda				
	1° Licenciatura		2° Licenciatura	Formação Pedagógica	
	Presencial	À Distância	Presencial	Presencial	À Distância
Pedagogia	800			Unb	
Letras			50	Unb	
Artes			50	IF	
Ciências Naturais			30	Unb	
História			50	Unb	
Geografia			50	Unb	
Matemática			50	Unb	
Química			40	IF	
Física			60	IF	
Biologia			30	IF	
Filosofia			50	Unb	
Sociologia			50	Unb	
Dança			60	IF	
Total	800	0	470	0	0

Fonte: Distrito Federal (2011)

Dos 88 professores inscritos, apenas 56 professores efetivamente compareceram às aulas no primeiro semestre do curso (1º/2013). Ao longo dos semestres, 09 professores foram desligados do curso, sendo 04 por reprovações e 05 por desistência (motivos diversos). Atualmente, o curso tem 47 estudantes. O curso de Pedagogia 1ª Licenciatura terá as suas atividades encerradas no término do 1º semestre letivo de 2016. Espera-se que os 47 professores concluam o curso.

A partir desse perfil o objetivo é analisar a significação da formação conferida pelo PARFOR pelos docentes que a acessam. Podemos dizer que o Curso de Pedagogia oferecido pela UnB através PARFOR foi criado em consonância com os discursos da política educacional para a educação, inclusive, que é como se a UnB continuasse ofertando o curso em serviço de outrora, com a diferença de que, atualmente, são disponibilizadas outras licenciaturas, além de pedagogia, e o curso é custeado pelo governo federal e não mais pelos municípios e/ou seus professores cursistas.

3.2 Uma avaliação em relação ao programa do curso de Pedagogia: a visão do coordenador de Pedagogia

Foi realizada uma entrevista com o coordenador do curso de Pedagogia/ PARFOR, na qual nos referenciamos por um questionário semiestruturado contendo cinco questões, sendo que duas eram para obter dados do curso e dos cursistas como: número de matriculados; número de matrículas efetivadas; número de desistentes, número de prováveis formandos. As outras questões foram para saber qual a visão do coordenador em relação ao Programa; sugestões para aprimoramento; e uma avaliação em relação aos cursistas quanto ao envolvimento no curso. Segundo o coordenador do curso:

O Programa é extremamente importante para favorecer aqueles professores que não tiveram oportunidade de fazer um curso de graduação e possam entrar na universidade e aprimorar a sua formação com vistas a qualificar sua prática. (Coordenador do curso/2016)

Também, através do programa, tanto aqueles que precisavam fazer sua primeira graduação como aqueles que por estarem exercendo atividade docente que não era a de sua formação inicial, teriam a oportunidade de fazer a licenciatura. Segundo o coordenador, a política é extremamente relevante, no sentido de possibilitar que um grande número de

professores de todo o país pudesse ter acesso a universidade. Quando perguntamos quais as sugestões para aprimoramento do Programa, na visão do coordenador:

*“ [...] no caso do Distrito Federal temos uma realidade tão particular que não saberia o que dizer para poder melhorar na estrutura do Programa para atender a especificidade do Distrito Federal”.
(Entrevista - Coordenador do curso/2016)*

Mas foi apontado os seguintes pontos que destacamos em tópicos como segue abaixo:

- Que as universidades que estão dentro do âmbito do PARFOR, pudessem ter incorporado o Programa em sua dinâmica de trabalho constante.
- Contar durante todo o curso com os professores do quadro da universidade, pois no início a maioria dos professores não era da universidade.
- Integração ensino, pesquisa e extensão.
- Que o Programa incorporado a carga horária docente no âmbito da universidade, caso contrário ela acaba se configurando como uma atividade extra.

Com relação a visão do coordenador em relação ao envolvimento dos cursistas no PARFOR, ele destacou o seguinte:

- Que os cursistas se envolvem muito pouco com o curso;
- Na avaliação dele, e de uma maneira simplória, os cursistas parecem ter o desejo apenas de obter o diploma, o título, pois esse diploma vai ter um impacto na vida financeira dos cursistas, pois passam a ter um salário melhor.
- Sensação de que os cursistas gostariam de um curso com menos esforços
- Que o curso surge como um benefício, do que uma política efetiva de qualificação profissional.

Concluindo a análise da fala do coordenador, o Programa foi importante, pois a maioria dos cursistas decidiu fazer o PARFOR no momento em que surgiu a oportunidade, e quando tomaram conhecimento do Programa, também foi uma oportunidade para obter uma melhoria financeira e também uma qualificação profissional.

3.3 o curso de pedagogia na visão dos cursistas

A análise das informações permitiu observar questões sobre o sentimento de pertença que os participantes revelaram, quando demonstraram não se considerarem incluídos à comunidade acadêmica, justificando a partir dos seguintes motivos: falta de tempo para

interação com outros alunos da universidade, em virtude da concomitância da rotina de estudo e da atividade de docência em turno contrário, inexistência de vínculo dos professores formadores com a instituição de ensino superior e por não serem incluídos nos eventos realizados na instituição. Foi unânime o posicionamento dos participantes quanto à política pública de formação de professores por meio do PARFOR, quando avaliaram como importante e satisfatória. Sobre as instalações físicas do local de funcionamento do curso, 04 participantes classificaram-na como boa, 02 como regular, os demais deram respostas que variaram entre precárias, satisfatória, regular e que deixam a desejar.

Quanto à qualidade do ensino, todos os professores-alunos sinalizaram expressiva contribuição para o desenvolvimento profissional. Quanto às técnicas de ensino utilizadas pelos professores-formadores, a análise permitiu caracterizar a existência de aulas expositivas, aulas expositivas com participação dos estudantes por meio de práticas, seminários e trabalhos em grupo desenvolvidos em sala. Aspectos considerados positivos pelos participantes. Sobre a atuação da coordenação geral do curso, os participantes apresentaram dois posicionamentos. De um lado, caracterizaram-na como presente e interativa.

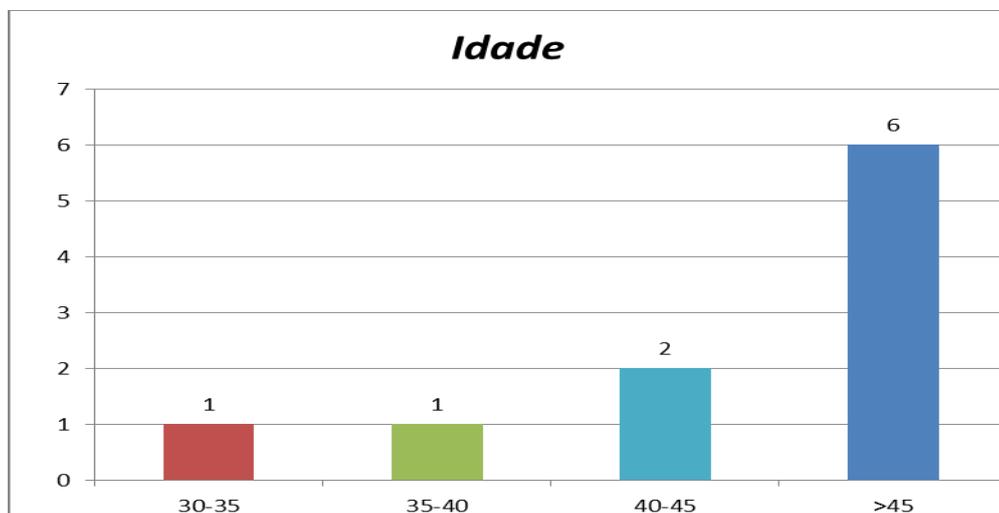
De outro lado, consideraram-na como regular ausente e distante dos cursistas. Quando perguntado aos professores-alunos sobre atividades de pesquisa como estratégia de aprendizagem, nove alunos disseram que ser estratégias presentes em algumas disciplinas. Quanto ao currículo do curso, também foram constatados posicionamentos que dividiram a opinião dos participantes em dois grupos. Um grupo considerando o currículo satisfatório e outro, considerando-o fraco e inadequado para professores já atuantes na Educação Básica.

Quanto aos conhecimentos adquiridos no curso, 50% disseram ser importantes e estão aplicando em sala de aula. Metade dos participantes considera que a formação em serviço está contribuindo para elevar o índice de aprendizagem dos seus alunos. Duas dificuldades relevantes foram apontadas pelos professores-alunos como questões obstaculizantes para o melhor aproveitamento do curso. A primeira se constitui na dificuldade de conciliar a atividade de docência e a demanda de estudos, a segunda, a inadequação dos processos avaliativos à realidade do planejamento pedagógico, especialmente, pelo caráter tradicional das atividades solicitadas.

3.4 Análise de dados questionário cursistas

Para saber qual a visão que os cursistas têm sobre o PARFOR, foi elaborado um questionário com 12 questões, o qual foi enviado aos cursistas via *online*. O questionário foi enviado a todos os quarenta e sete (47) cursistas do PARFOR/ Pedagogia – UnB, mas apenas 10 cursistas responderam, totalizando em 21,3 % de participantes dessa pesquisa. Do total de participantes da pesquisa que responderam ao questionário, oito eram do sexo feminino e 2 do sexo masculino, com faixa etária de 40 a 55 anos, como mostra o gráfico 1 e 2.

GRÁFICO 2- Idade

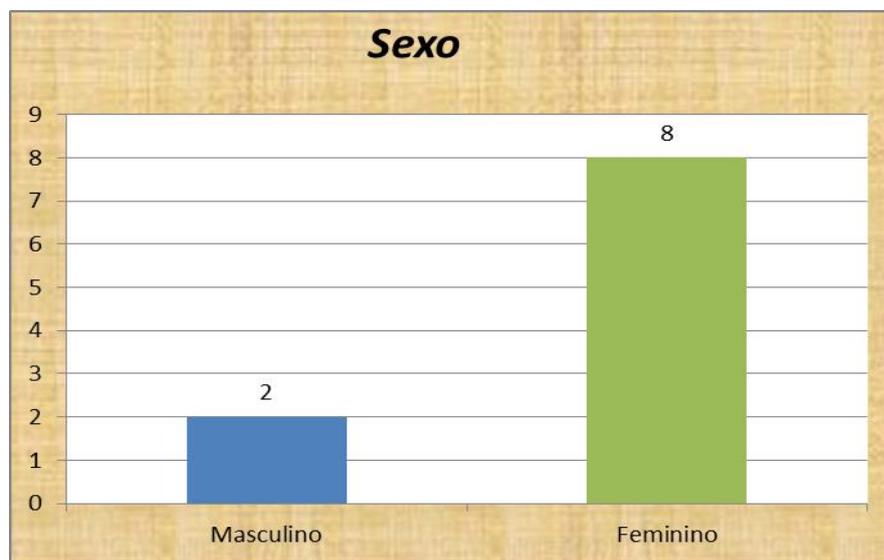


Fonte: Pesquisa de campo / 2015

Carvalho (1999) apontou que essa feminização do magistério desde os anos 20 do século XX, inicialmente nas séries primárias, aportou em meados da década de 90 do mesmo século, nas escolas secundárias ou médias. Nesse momento, surgiu a concepção de criança considerada, desde a tenra idade, como portadora de personalidade própria, cujo desenvolvimento a escola deveria apenas incentivar. Um novo perfil de adulto que deveria cuidar dessas crianças foi exigido e assim, era primordial ter empatia e identificação com ela, características essas que eram exigidas da enfermeira, da mãe e da professora. Assim, começou a existir uma histórica correlação entre o acesso do grande número de mulheres no magistério. Nele, elas sempre foram tidas como as mais eficientes, levando-se em conta que algumas exigências tais como o cuidar, a transmissão de amor e a capacidade de ter muita paciência, eram características principalmente deste gênero.

Dessa forma, o magistério por possuir essas determinadas características, fez com que os homens se afastassem dele, já que estava se caracterizando como tarefa desvalorizada, como também a não compatibilidade de horários e preconceitos advindos da cultura dominante. A ideia de que o homem era o responsável pelo sustento familiar começou a ficar muito forte logo este sujeito deveria procurar profissões mais bem remuneradas para cumprir o seu papel social.

GRÁFICO 3 - Sexo



Fonte: Pesquisa de campo/2015

Com relação ao que os motivou a fazer o PARFOR, a análise dos dados nos permitiu observar que 80 % dos entrevistados afirmaram que o fator financeiro foi o maior motivador.

Segundo a fala do coordenador do curso:

“ esse diploma tem um impacto na vida financeira deles, pois eles passam a ter um salário melhor, isso a medida que eles apresentam o diploma de curso superior, isso para grande maioria desses estudantes é importante, alguns já até tem curso superior, mas não tem habilitação para o magistério dos anos iniciais e gostariam de estar habilitados em nível de graduação paa o magistério dos anos iniciais.” (Coordenador do curso/2015).

De acordo com a fala de um cursista esse fator fica bem evidenciado ao dizer:

“... sou graduado em pedagogia/ alfabetização pela Universidade Católica de Brasília. Tal curso não existe mais e na época, era um curso de Licenciatura Curta. Eu sou professor nível II(Classse B), e preciso passar para Classe A, onde ganharei mais 957,00 reais e terei

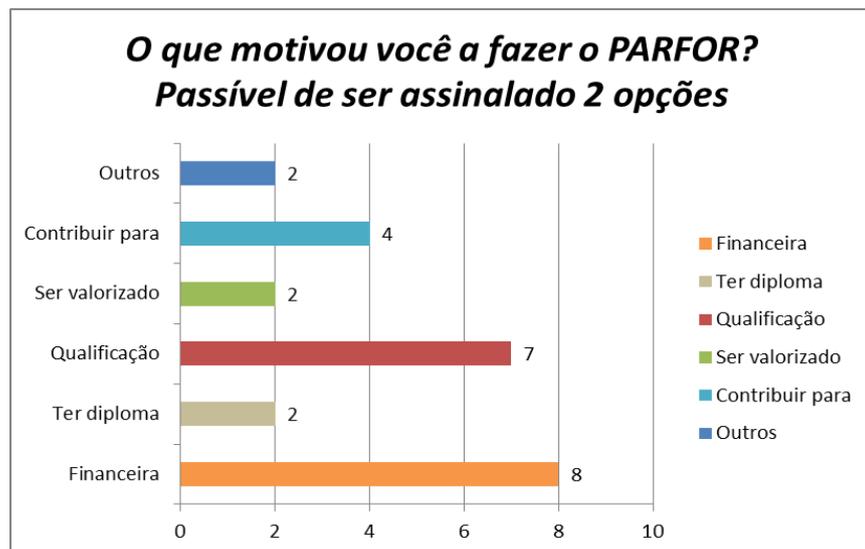
alcançado a Licenciatura Plena. Sou formado em Turismo, mas esse curso não me deu o status de licenciado, e sim de bacharel”.
(*cursista .../2015*).

Como dito anteriormente, o magistério do DF é orientado pela Lei N° 4.075 DE 2007, e está centrada na formação dos professores sendo ela um importante fator juntamente com o tempo de serviço, para composição salarial. Tanto assim que os determinantes do vencimento são classe – nível de habilitação exigido para o desempenho das atribuições do cargo, correspondente ao número de anos na carreira no magistério público no DF. De acordo com Planejamento Estratégico (DISTRITO FEDERAL, 2011, p. 6):

[...] A carreira é composta pelos atuais cargos de provimento efetivo em classes A, B, e C, de especialistas de Educação do magistério Público do Distrito Federal. Grosso modo, podemos afirmar que os profissionais Classe A, são os profissionais com licenciatura plena, os profissionais Classe B, são os profissionais com licenciatura curta, e os profissionais Classe C, são os professores com formação em magistério de ensino médio.

Portanto, a promoção desses profissionais também é orientada pela formação, somente são promovidos mediante requerimento e apresentação do diploma de licenciatura plena ou de bacharelado com complementação pedagógica devidamente registrada. Outro fator que motivou os cursistas foi a qualificação profissional com 70%, seguida da contribuição da para a prática pedagógica com 40% e por fim, o fator ser valorizado socialmente com 20%. Percebemos observamos também pela análise dos dados que a maioria dos cursistas decidiram fazer o PARFOR, quando lhes foi dada a oportunidade, quando tomaram conhecimento do Programa, para muitos foi uma oportunidade para voltar a estudar.

Gráfico 4 - O Que os motivou a fazer o PARFOR?



Fonte: Pesquisa de campo/2015

Com relação as contribuições do PARFOR para a prática dos cursistas em sala de aula, dentre as respostas, observamos que o PARFOR, foi um divisor de águas para na sua prática docente em sala de aula, foi o “ elo” que reduziu entre a teoria e a prática. Foi por meio do PARFOR passaram a ter entendimento necessário da teoria para poder intervir na sua prática docente, por meio do conhecimento científico proporcionado pelo mundo acadêmico. Podemos perceber isso pela fala dos cursistas exibidas no quadro 9.

QUADRO 9 – QUAIS as contribuições do PARFOR para sua prática docente em sala de aula.

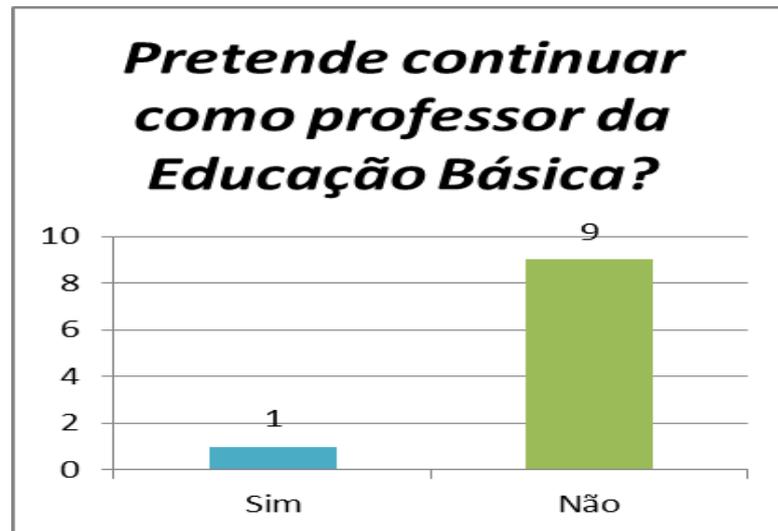
	RESPOSTAS
Cursista1	Eu deixei de ser um professor da escola tradicional e me tornei um novo educador.
Cursista2	As contribuições foram todas. Hoje sou uma professora melhor preparada teoricamente para atender as demandas da sala de aula e a escola onde atuou.
Cursista3	A interação com outros professores da rede de ensino da SEE-DF, foi o que mais acrescentou a minha prática, a troca de vivências, de experiências acrescentaram muito mais do que as teorias apresentadas no PARFOR
Cursista4	A disciplina que mais trouxe contribuições foi a de artes. Acredito que por não sermos da área foi a que mais me incomodou e fez com que passasse a colocá-la em prática de uma forma mais adequada e produtiva
Cursista5	Estudar é muito bom e as teorias são sempre importantes para justificar nossas atitudes. E os teóricos fazem isso
Cursista6	Pouco se trabalhou na minha área de atuação.
Cursista7	Todas as possíveis. O conhecimento teórico e o aporte para as minhas decisões na minha prática pedagógica puderam e poderão garantir de minha parte, uma qualidade muito melhor na educação oferecida aos meus alunos
Cursista8	As melhores possíveis. Como falei, só melhorei meu desempenho como professor.
Cursista9	a ligação entre a teoria e a prática
Cursista10	As mais variadas e felizes possíveis! Neste curso aprendi como não tratar meus estudantes e como oferecer a eles oportunidade de se tornarem os sujeitos do seu conhecimento assim como eu me tornei

Continuando a análise de dados, com relação as aspirações profissionais, a maioria dos cursistas pretendem continuar estudando, se especializando através do mestrado, doutorado, e cursos de formação continuada. Como podemos ver no quadro 10. Mas um dado que nos preocupa é que 90% dos cursistas não querem mais atuar em sala de aula, mesmo estando em fim de carreira, percebemos um descontentamento por parte dos professores alunos do PARFOR com relação a ser docente da educação básica. Querem continuar na educação, menos em sala de aula.

QUADRO 10 – Quais suas aspirações profissionais

	RESPOSTAS
Cursista1	Quero continuar me especializando e levando as novas teorias para a minha prática pedagógica
Cursista2	Pretendo continuar me qualificando através do Mestrado, Doutorado e cursos de formação continuada
Cursista3	Pretendo continuar em sala de aula
Cursista4	Atualmente estou trabalhando na Educação Infantil. Mas a disciplina da EJA, me fez sentir vontade de conhecer mais sobre esse seguimento da educação e talvez passe a atuar na EJA para aprender um pouco mais. E quem sabe fazer o mestrado.
Cursista5	Poderia ainda dar aulas ainda, mesmo quando aposentar, este ano ou mais tardar 2017. Talvez continuar estudando, um mestrado na área da psicologia da educação, ou não, descansar um pouco
Cursista6	Mestrado e doutorado
Cursista7	Agora espero ingressar no curso de mestrado e abrir novas oportunidades em docência
Cursista8	Pretendo ingressar no ano que vem em uma pós graduação na área de Inglês, pois meu curso inicial, em 1.987, foi o curso de Letras. Pensei em ser professor de inglês, mas a vida me deu algumas rasteiras e tive que abrir mão de alguns sonhos
Cursista9	Gestão escolar
Cuesista10	Continuar a ser uma professora pesquisadora. Buscando um mestrado e quem sabe um doutorado

Gráfico 5 - Pretende continuar em sala de aula



Fonte: Pesquisa de campo/2015

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações, os cursos de licenciatura na modalidade PARFOR foram acolhidos na UnB com algum entusiasmo em 2013. Nosso projeto de formação de professores foi construído dentro do mesmo princípio que construiu a própria Universidade: como força que alavancasse o desenvolvimento regional. Ora, cabe à Universidade conciliar seus interesses com aqueles que emanam de uma necessidade mais abrangente que as suas próprias. No caso da educação, daquelas necessidades que emanam dos órgãos ministeriais no seu papel de instituir políticas por meio das quais serão encaminhadas soluções aos problemas que se apresentam. Entendemos, no entanto, que há um problema de base no que diz respeito à formação de professores pelo PARFOR e que esse problema se identifica na relação entre a oferta de vagas pelas e o ingresso e permanência dos professores em exercício nas redes públicas de ensino e as metas de qualificação de docentes estabelecidas pelo MEC.

Este estudo pretendeu descrever, numa primeira abordagem, um cenário que permite uma aproximação à questão das percepções de formação inicial e continuada e de recrutamento de professores de educação básica. Embora sendo um específico, pois se restringe à experiência da UnB mais especificamente à licenciatura em pedagogia, encontramos alguns indicadores de que o PARFOR, pelos dados oferecidos em relação à experiência em nível nacional, como instrumento de política pública de caráter emergencial e estratégia para a qualificação de professores não parece estar fortalecendo significativamente as bases e ações da educação voltadas para enfrentar o desafio da educação para todos: garantia de educação de qualidade e redução das desigualdades presentes na educação escolar.

PARTE III - PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Após concluir minha graduação, pretendo estudar para concursos da secretaria de educação do Distrito Federal e poder atuar como professora, pois descobri quero sempre ser professora e por este motivo vou lutar e me esforçar para ser professora efetiva da SEEDF. Ingressar no mestrado da Faculdade de Educação-UnB com o meu objeto de pesquisa relacionado ao tema da minha monografia. Estudar cada vez mais sobre esse campo de atuação do pedagogo que me fascinou desde o meu primeiro contato, aprofundando cada vez mais o meu aprendizado e as minhas vivências na Educação.

Pretendo fazer um curso de línguas, principalmente em inglês e espanhol, gosto muito de outros idiomas e sempre me interessei por aprendê-los.

REFERÊNCIAS

- AITH, Fernando. Políticas públicas de Estado e de governo: instrumentos de consolidação do estado democrático de direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto de políticas educativas. **Revista Brasileira de Política e Administração**, Recife, v. 27, n.3, set-dez 2011.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: um panorama inicial. **Revista Brasileira de Política e Administração**. Brasília, Recife, v. 27, n.1, jan.-abr., 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988**. 25. ed. rev.e atual. São Paulo: Saraiva, 2000.
- _____. **Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- _____. **Plano Nacional de Educação**. Lei 10.172/01. Brasília: Editora Plano, 2001.
- _____. **Decreto N° 6094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a Implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- _____. **Decreto N° 6755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério de Educação Básica. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-6755-29-janeiro-2009-585786-norma-pe.html>>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- _____. **Decreto Lei n° 6.094 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Todos Pela Educação. 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- _____. **Decreto Lei n° 6.755 de 10 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério e regulamenta a ação da CAPES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- CARNOY, Martin. **Mundialização e reforma na educação: o que os planejadores devem saber**. Brasília: UNESCO Brasil, ISPE, 2003.
- CARVALHO, Mark Clark Assen de. **Formação de professores para o ensino fundamental: o discurso da eterna transitoriedade**. 1997. 169 p. Dissertação. PUC-SP. São Paulo, 1997.

CURY, C.R.J. Federalismo político e educacional. In: FERREIRA, N.S.C.; SCHLESENER, A. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília, DF: Líber Livro, 2006.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Fórum Distrital Permanente de Apoio a Formação Docente. **Plano Estratégico de Formação de Professores do Distrito Federal**. Brasília, 2011.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa (Coord.). **Qualidade de Ensino: velho tema, novo enfoque**. Brasília: INEP, 1994. (Série Documental. Relatos de Pesquisa, inep7). Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/498>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

FRANÇA, Magna. Plano Nacional de Educação e o regime de colaboração: os indicadores educacionais e financeiros. **Revista Brasileira de Política e Administração**, v. 30, n. 2, p. 417-433 mai. /ago. 2014.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CD/FNDE n. 29 de 20 junho de 2007**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3150-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-29-de-20-de-junho-de-2007>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184682por.pdf>>. Acesso em: 27. mar. 2016.

GATTI, Bernadete, Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002121/212183por.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, anoXXI, n. 55, nov. 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar 2007**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo 2005**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

LIMA, Maria Ângela de. Procura-se professor. **Jornal da ADUFRJ**. Rio de Janeiro: ADUFRJ, 19 de outubro de 2009. Disponível em <<http://www.adufrj.org.br>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

MASSON, Gisele. Implicações do plano de desenvolvimento da educação para a formação de professores. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.20, n.74, p.165-184, 2012.

MENDONÇA, Erasto Fortes. A educação é um direito de cidadania. In: RETRATOS DA ESCOLA. Brasília, DF, n.1, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. 2004; 2006.

_____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, 2007.

_____. **Portaria Normativa Nº 09, de 30 de janeiro de 2009.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_normt_09_300609.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2016.

MORORÓ, Leila Pio A formação de professores em serviço: o PARFOR na Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16, 2012, Campinas. [Anais...]. Campinas: UNICAMP, 2012.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Apresentação da diretora de Educação Básica Presencial. In: ENCONTRO NACIONAL DO PARFOR, 1, 2011, Brasília. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor/i-encontro-nacional-do-parfor>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

SAVIANI, Demerval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v.28, n.100, p.1231-1235.

UNESCO. **Instituto de Estatística da UNESCO-UIS.** Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/estatistica>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

_____. **Educational Innovation**, n. 83, June 1995. Geneva: UNESCO/International Bureau of Education , 1995

VIEIRA, Sonia. **Como Elaborar Questionários.** São Paulo: Atlas, 2009.